

17.

A intervenção arqueológica no imóvel da Rua da Barbacã n.os 29-33 e a requalificação e ampliação do Museu Municipal de Arqueologia. Contributos para a História de Serpa

ANA SOFIA ANTUNES.

CAMARA MUNICIPAL DE SERPA.

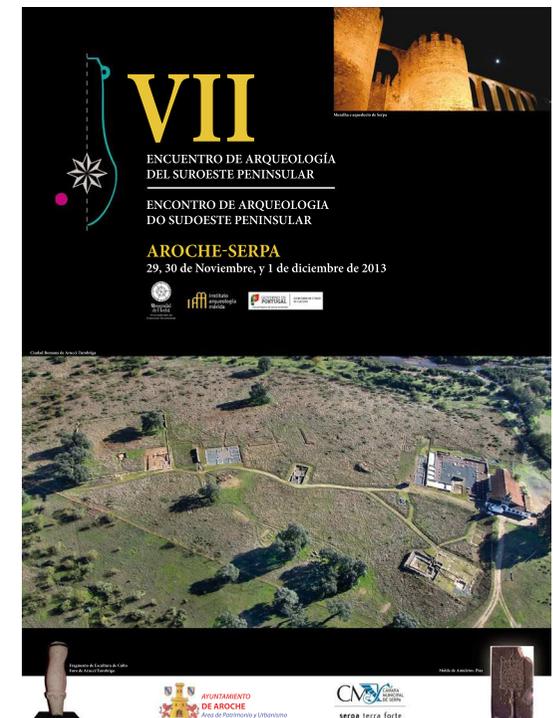
IN MEMORIAM JOSÉ RODRIGUES BRAGA (1956-2014)

Resumen

No âmbito do projeto de requalificação e de ampliação do Museu Municipal de Arqueologia, a Câmara Municipal de Serpa promoveu uma escavação arqueológica no imóvel com os n.os 29-33 da Rua da Barbacã e no respetivo logradouro. Foi registada uma lata diacronia de ocupação, que recua, pelo menos, ao Bronze Final e que se prolonga até aos nossos dias, tendo-se colocado a descoberto diversos testemunhos arqueológicos e históricos que, pela sua importância científica e patrimonial, serão musealizados.

Abstract

Integrated in the project to requalify and expand the Municipal Museum of Archaeology, the County of Serpa promoted an archaeological excavation at the Barbacã Street 29-33 building and respective backyard. A wide diachrony of occupation was recorded, from at least the Late Bronze Age to the present day. Several archaeological and historical evidences were found, which will be integrated in the museum because of its scientific and heritage relevance.



O PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO E DE AMPLIAÇÃO DO MUSEU MUNICIPAL DE ARQUEOLOGIA

A Câmara Municipal de Serpa tem vindo a desenvolver ao longo dos últimos anos na cidade de Serpa diversos projetos integrados, dirigidos à Regeneração Urbana e à Valorização Patrimonial. No Núcleo Intramuros, classificado como Conjunto de Interesse Público, destacam-se a Recuperação do Sistema Construtivo das Muralhas, que constituem, per si, Monumento Nacional, associada à Valorização do Caminho de Ronda, já concretizados na Alcáçova e nos troços de muralha que lhe são adjacentes a norte e a Requalificação e Ampliação do Museu Municipal de Arqueologia, instalado desde a década de 80 do século XX na designada Casa do Governador da Alcáçova do Castelo.

O objetivo da requalificação é dotar o Museu dos requisitos que permitam que desempenhe a plenitude das funções museológicas que lhe competem, o que implicou, desde logo, ampliar os seus espaços. Para responder a esta necessidade a autarquia adquiriu dois imóveis na Rua da Barbacã (n.º 29-33 e n.º 43), aos quais se junta o espaço devoluto que lhes fica de permeio, o que permite ainda reativar o acesso ao Castelo pelo lado sul, através de um corredor em cotovelo que foi selado possivelmente em época medieval.

A intervenção iniciou-se no imóvel com os n.os 29-33, tornando-se necessário colocar a totalidade da área abrangida pelo edifício e pelo seu logradouro à cota do piso inferior para a concretização do projeto de arquitetura, cujo Estudo Prévio previa a instalação dos Gabinetes de Trabalho e do Laboratório no piso superior do edifício e das Reservas na área ocupada pelo logradouro e pelo piso térreo do imóvel. A dimensão da área a afetar pelo projeto implicou a realização de uma extensa escavação arqueológica que abrangeu 185,50 m² e que ultrapassou em média os 4 m de profundidade e de potência arqueológica. A intervenção arqueológica, realizada por administração direta por parte da autarquia entre 2007 e 2010 e coordenada pela signatária, incidiu numa área localizada no exterior imediato do canto sudoeste da muralha da Alcáçova do Castelo, contactando com a designada Torre da Horta. Distribuiu-se por três grandes áreas comunicantes entre si, nas quais se realizou inicialmente uma escavação em área, tendo sido posteriormente implementadas sondagens em pontos onde se pretendia caracterizar os

elementos do sistema defensivo entretanto colocados a descoberto.

Os trabalhos arqueológicos revelaram um assinalável conjunto de testemunhos patrimoniais, históricos e arqueológicos, de diversas épocas, cuja importância e valor intrínseco, bem como a mais-valia que constituía para a requalificação do Museu e para a própria cidade conduziram a autarquia a alterar o projeto previsto para este espaço, optando pela sua musealização de forma integrada no Museu Municipal de Arqueologia, como um módulo interpretativo da Cidade Histórica (a instalar). Para o efeito procedeu-se em 2012 à demolição do edifício com os n.os 29-33, de modo a permitir a observação dos vestígios identificados, com particular destaque, pela sua imponência, para os diversos elementos do sistema defensivo (fig. 1). Por motivos relacionados com a preservação das estruturas e dos contextos arqueológicos, bem como por questões de segurança, em simultâneo foram realizados trabalhos de contenção periférica na área intervencionada.

Em virtude do elevado volume de informação recolhido, apresentar-se-á neste artigo sobretudo um ponto da situação do estudo dos diversos contextos, assumindo-se as assimetrias que se denotam no aprofundamento da análise nos vários períodos históricos, que serão ultrapassadas com a continuação da investigação, estando em curso um trabalho sistemático de inventariação, tratamento e estudo dos materiais, que permitiu complementar e, em alguns casos, rever, interpretações anteriormente avançadas.

UMA LEITURA DOS DADOS ARQUEOLÓGICOS E DAS FONTES HISTÓRICAS

Serpa dista aproximadamente 7 km do Guadiana, em cuja margem esquerda se localiza e 8 km da foz da Ribeira de Enxoé (a norte) e do curso médio da Ribeira de Limas (a sul), ambos afluentes do Guadiana. Implanta-se num território dominado pela peneplanície, da qual se eleva ligeiramente, instalando-se num cabeço que permite uma excelente visibilidade para uma vasta envolvência, que é delimitada a norte e a este pelas serras de Portel-Mendro, Preguiça e Adiça e, a sul, pela Serra de Mértola, alcançando além de Beja a oeste. O território envolvente, o “Campo de Serpa”, caracteriza-se pela elevada aptidão agrícola dos solos e pela abundância de recursos hídricos, sendo marcado por diversas linhas de água secundárias.



Figura 1. Vista da área de intervenção na Rua da Barbacã exterior às muralhas, após a demolição do edifício n.os 29-33.

Na escavação arqueológica realizada no imóvel da Rua da Barbacã n.os 29-33 registou-se uma vasta diacronia de ocupação, que recua, pelo menos, ao Bronze Final e se estende até aos nossos dias. Nas Sondagens I / I-A / I-C e III identificou-se um fosso escavado no substrato geológico brando (gabrodiorito alterado), com uma orientação este-oeste, que teria uma profundidade global em torno aos 2 m e uma largura que superaria os 3 m (U.E. [549] – figs. 2 e 4). Estas dimensões foram apuradas a partir da proposta de reconstituição da secção da estrutura negativa, com base na junção dos dois segmentos identificados (fig. 5) – o inferior nas Sondagens I / I-A / I-C e o superior maioritariamente na Sondagem III (figs. 3 e 4) (Antunes *et al.* 2012: 445; Antunes *et al. no prelo*). O fosso apresenta canal de escoamento central, de secção em V, com cerca de 1 m de profundidade e 1,13 m de largura máxima (Sondagens I / I-A / I-C). Foi reconhecido em 8,09 m de comprimento (dos quais apenas foi possível escavar 2,48 m, uma vez que na restante área se lhe sobrepunham estruturas, com destaque para a muralha medieval [208]), pressupondo-se todavia que, como elemento integrante do sistema de defesa, circundaria uma parte (onde o acesso seria mais facilitado) ou a totalidade do antigo povoado (Antunes *et al.* 2012: 445; Antunes *et al. no prelo*).

No Bronze Final e na Idade do Ferro, o povoado de Serpa seria globalmente delimitado pela Rua dos Farizes, pela Rua da Barbacã, pela Rua das Portas de Beja e pela Rua das Varandas, correspondendo ao promontório de cota mais elevada com cerca de 3 hectares que estes arruamentos



Figura 2. Sondagens I-IA-IC. Vista geral.
1- Barbacã [187].
2 - Barbacã [208].
3 - Fosso [549] (segmento inferior).
4 - Muro [367]. 5 - Muro [245].

Figura 3. Sondagem III. Fosso [549] (segmento superior) e base da estrutura [721].



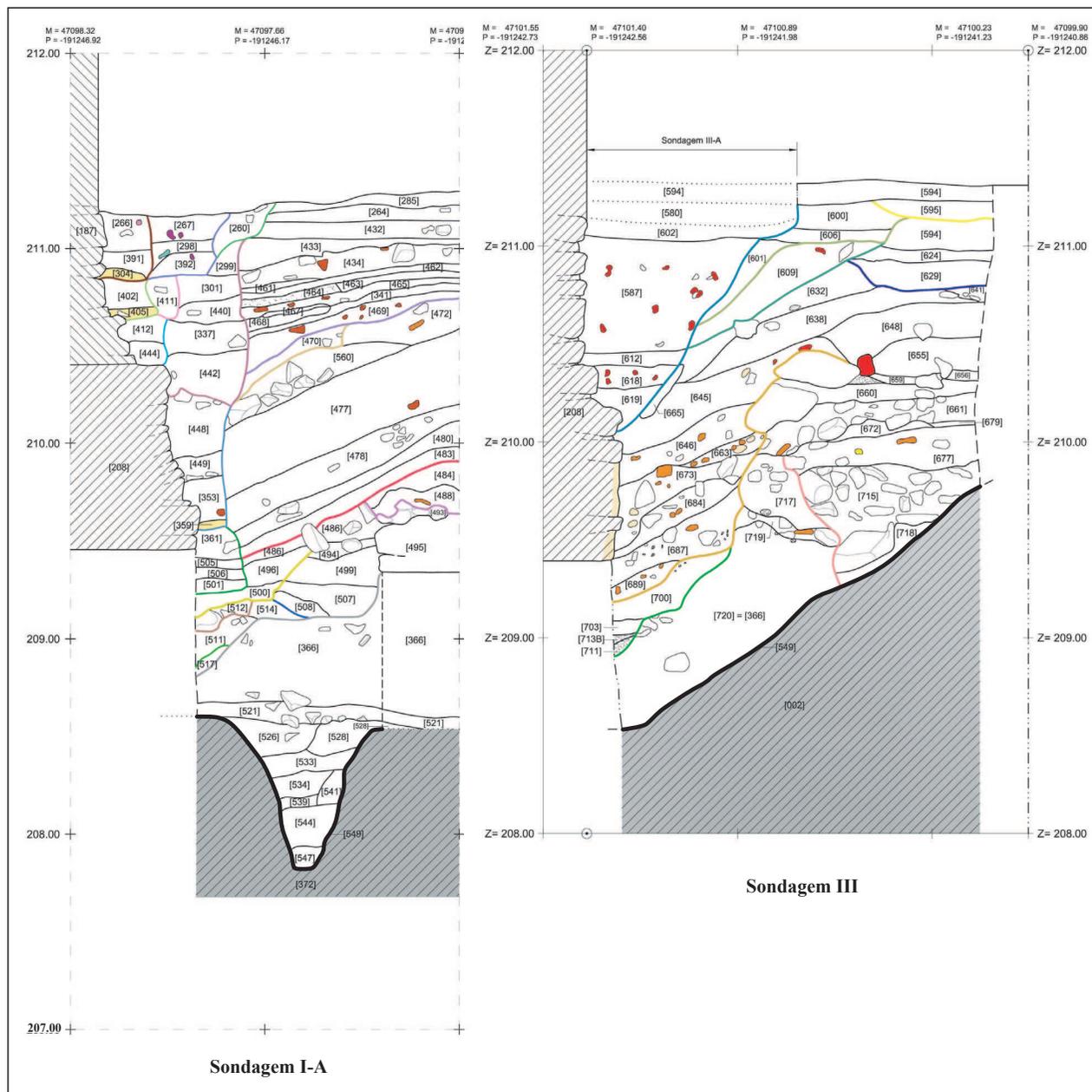


Figura 4. Sondagens I-A e III (perfil oeste).

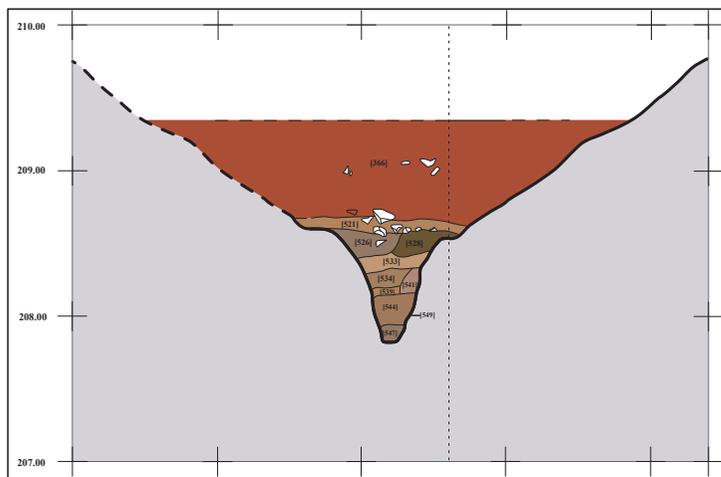


Figura 5. Proposta de reconstituição do perfil do fosso [549].



Figura 6. Fragmento de cerâmica de ornatos brunidos.

circundam (Monge e Braga 1986).

A morfologia e a estimada dimensão do fosso de Serpa encontram paralelo regional no fosso do Castro dos Ratinhos (Moura), escavado na rocha, instalado ao longo da vertente norte do povoado, antecedendo a terceira linha de muralhas, o qual apresenta igualmente um canal central mais estreito para o escoamento de águas. O fosso do Castro dos Ratinhos foi construído no Bronze Final, mas continuou em uso na fase mais recuada do que os responsáveis pela intervenção designam por Ferro Antigo, enquadrado na primeira metade do século VIII a.C. (Berrocal-Rangel e Silva 2010; Soares e Martins 2010; Berrocal-Rangel, Silva e Prados 2012: 240).

Na escavação arqueológica do imóvel da Rua da Barbacã n.os 29-33, num dos depósitos de colmatação intencional da base do fosso (U.E. [720]), recolheu-se um fragmento de bojo de cerâmica de ornatos brunidos (fig. 6) que corresponderá a um recipiente aberto (possivelmente uma taça hemisférica), com boa qualidade de fabrico e decoração de motivos geométricos brunidos em ambas as faces, aplicada sobre um engobe espesso e polido, de cor castanha. A decoração traduz-se em losangos definidos por várias linhas sequenciais, sendo o losango da face interna preenchido por linhas finas que se cruzam definindo uma quadriculagem ("retícula"). Constituirá uma produção (eventualmente tardia) do Bronze Final, não devendo ultrapassar o final do século VIII a.C., o que nos permite ponderar um funcionamento do fosso durante esta época (Antunes *et al.* 2012: 444; Antunes *et al. no prelo*).

Não é possível, no entanto, em rigor, com os dados disponíveis, determinar quando foi construído o fosso do povoado de Serpa, já que os depósitos que o preenchem constituem um palimpsesto que traduz a sua colmatação intencional, em lugar de momentos coevos da sua utilização, embora o paralelismo arquitetónico remeta para o Bronze Final. Em intervenções anteriores realizadas no Castelo de Serpa foram recolhidos materiais da Idade do Bronze, em contextos secundários associados à construção da muralha dionisina (Monge e Braga 1986), cuja possibilidade de integração no Bronze Final não deve ser descartada, à luz dos dados atuais (Antunes *et al. no prelo*).

Num sistema defensivo desta cronologia, é habitual que os fossos antecedam mu-

ralhas. Na área escavada, não surgiram quaisquer indícios de uma muralha anterior à de taipa. No entanto, deverá enfatizar-se o facto de as ocupações mais antigas do povoado do Castelo de Serpa terem sido documentadas em áreas muito reduzidas e localizadas (sondagens), sendo expectável que uma intervenção mais alargada e que alcance cotas mais profundas na área envolvente conduza à identificação de uma muralha coeva do fosso. No que respeita à presença de uma muralha pré-medieval no povoado de Serpa é também sugestivo o acentuado desnível que se regista entre a Rua das Varandas e a Rua dos Farizes, o qual corresponderá grosso modo ao talude artificial representado por Duarte de Armas em 1509-1510 sob o pano oeste da cerca urbana exterior (fig. 10, n.º 3) e que poderá denunciar a presença de estruturas anteriores (Antunes *et al.* 2012: 445; Antunes *et al. no prelo*).

No local do talude referido (na Rua das Varandas), identificaram-se na década de 80 do século passado contextos balizados entre os séculos IV e III a.C. (dos quais são provenientes cerâmicas estampilhadas, com decoração incisa e pintada, bem como cossoiros decorados) num corte estratigráfico localizado sob a muralha (Braga e Soares 1981), tendo estes dados sido confirmados quando do acompanhamento arqueológico das obras de renovação de infraestruturas deste arruamento (Antunes 2005), o que permite ponderar, à luz dos conhecimentos atuais, a possibilidade de existência de contextos mais antigos subjacentes aos então observados (Antunes *et al.* 2012: 446; Antunes *et al. no prelo*).

Na fase seguinte, situada no final do século VI a.C. ou no início do século V a.C., procedeu-se à desativação do fosso, o qual foi intencionalmente colmatado por um depósito argiloso volumoso e compacto no canal de escoamento e na base do segmento superior (U.E. [366] das Sondagens I / I-A / I-C e U.E. [720] da Sondagem III), que embalava raros fragmentos de cerâmica manual (não classificáveis, com exceção do fragmento de ornatos brunidos já referido), sobreposto por um conjunto heterogéneo de depósitos de menor expressão estratigráfica individual, o qual ocupava o restante do seu segmento superior (apenas conservados nas Sondagens I / I-A / I-C) - figs. 2, 4 e 5.

Nos depósitos de colmatação do fosso sobrepostos à U.E. [366] (Sondagens I / I-A / I-C), para além de objetos cerâmicos de produção local / regional, recolheram-se outros importados da área da Baixa Andaluzia, todos cronologicamente enqua-

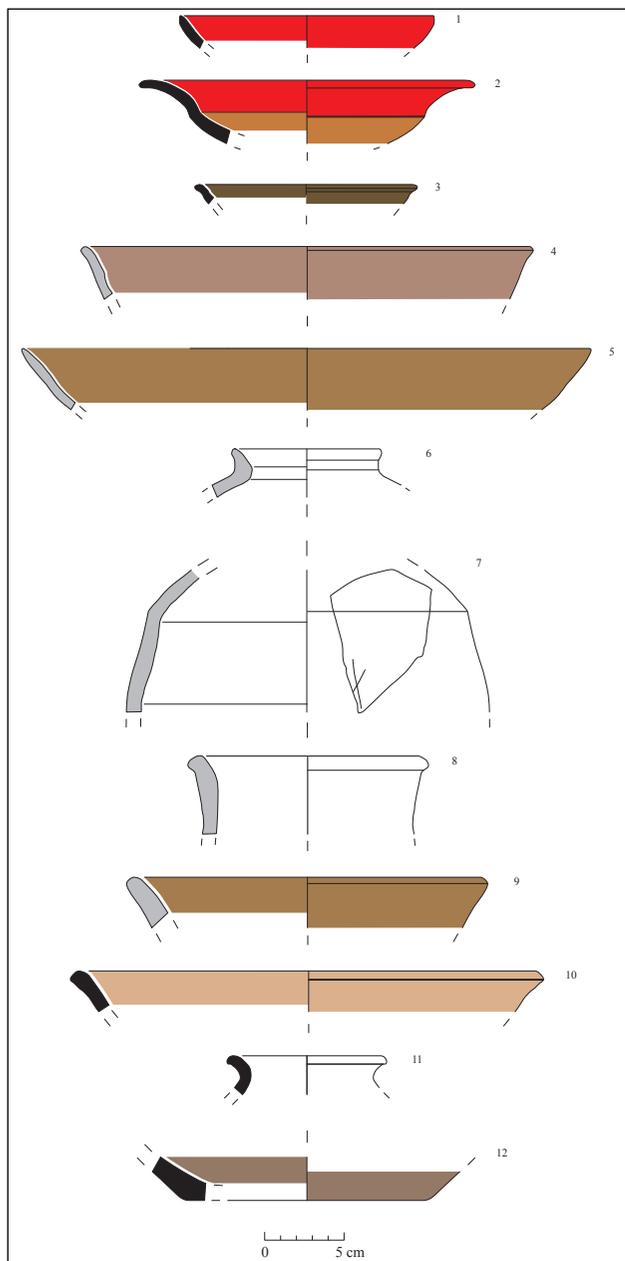


Figura 7.
Cerâmicas
da Idade
do Ferro.

drados entre os séculos VII e VI a.C. Nos primeiros integram-se duas taças tronco-cónicas manuais de engobe castanho, de cozedura redutora e acabamento cuidado (U.E.'s [533] e [544] - fig.7, n.os 4 e 5), uma taça de perfil "em S", aparentemente torneada, de cozedura redutora e com engobe castanho-escuro acinzentado espesso polido (U.E. [532] - fig. 7, n.º 3), dois fragmentos de talha de bordo simples e esvasado, sendo um de fabrico manual, com superfícies rugosas (U.E [533]) e o outro torneado, com um acabamento cuidado mediante aplicação de engobe castanho espesso e alisado (U.E [534] - fig. 7, n.os 9 e 10) e um fragmento de bordo de talha com colo vertical de fabrico manual (U.E. [532] - fig. 7, n.º 8). Regista-se ainda a presença de bojos de recipientes de armazenagem de grande e de média dimensão com tratamento das superfícies a cepillado, técnica que tem início no Bronze Final e que pode alcançar o início do século VI a.C. (Antunes *et al. no prelo*).

As escassas importações, que confirmam ainda assim a inserção do povoado do Castelo de Serpa nos circuitos comerciais dos designados períodos Orientalizante e Pós-Orientalizante, são testemunhadas por dois fragmentos de ânfora de tipo R1 / 10.1.2.1, produzida entre o segundo quartel / meados do século VII e meados do século VI a.C. (Ramón 1995: 231), sendo o bordo proveniente do depósito [539] e o bojo, que contem um grafito cruciforme inciso pós-cozedura, oriundo da U.E [534] (fig. 7, n.os 6 e 7) e por um fragmento de bordo de extremidade apontada de taça hemisférica de cozedura oxidante com engobe castanho claro polido, revestido de engobe vermelho muito sumido, que pode constituir uma banda pintada em ambas as superfícies (U.E. [528], fig. 7, n.º 1), de Tipo II.A4 do Baixo Guadalquivir (Mancebo 1996: 356 e 374; Rufete 1987: 143 e 159, est. LXXVI, n.º 5), enquadrável na segunda metade do século VI a.C. (Antunes *et al. no prelo*).

Ao longo do topo norte do canal de escoamento do fosso registaram-se pequenos buracos de poste escavados na rocha (com um diâmetro e uma profundidade médios de 10 cm), três nas Sondagens I/I-A (espaçados 0,60 m e 1 m entre si) e um na Sondagem III, os quais sugerem a existência de uma estrutura em material perecível (madeira provavelmente) apoiada sobre o canal de escoamento. O facto de os buracos de poste terem sido colmatados com alguns dos depósitos de preenchimento do fosso revela que todas estas estruturas negativas estariam em funcionamento em simultâneo e que a putativa estrutura de madeira que se

encaixava nos buracos de poste terá sido desmontada quando da desativação do fosso (Antunes 2012: 446; Antunes *et al. no prelo*).

A selagem do fosso está associada a uma fase construtiva testemunhada pela estrutura [367] (Sondagens I/I-C), que corresponderá possivelmente a um muro, implantado sobre o compacto depósito [366], que lhe serviu de alicerce (figs. 8 e 12). Desconhece-se se traduz uma fase de expansão urbanística ou se configura apenas uma reformulação funcional da área onde se localizava o fosso. O possível muro [367] tem aparentemente uma orientação norte-sul e está muito truncado, não tendo sobrevivido nenhuma evidência direta da sua fase de ocupação, para a qual se propõe uma cronologia lata dentro do século V a.C., atendendo a que selagem do fosso ocorreu no final do século VI a.C. ou no início da centúria seguinte e a que os materiais associados à sua destruição alcançam o século V a.C. (Antunes 2012: 446; Antunes *et al. no prelo*).

É o caso do prato de perfil carenado, elaborado a torno, de cozedura oxidante, com engobe espesso alisado castanho claro, pintado com uma banda vermelha sobre o bordo, a qual alcança a carena que o delimita no bojo, tanto interna como externamente (fig. 7, n.º 2), recolhido no depósito [358], que cobre a U.E. [366] e o possível muro [367] e que corresponderá a uma regularização do espaço realizada após a desmontagem desta estrutura. Este tipo de pratos poderá considerar-se uma morfologia evoluída dos pratos com carena exterior de tipo P.3.d de Huelva, cuja produção começa no início do século VI a.C. e perdura pela centúria seguinte (Rufete 1988-1989: 12, 14, 16-18 e 20; 2002: 175), enquadrando-se na Forma 3B da cerâmica de engobe vermelho da necrópole de Medellín, balizada entre 550 e 500 a.C. (Almagro-Gorbea, Mederos e Torres 2008: 596-597), embora a forma seja reproduzida em diversas categorias cerâmicas, reconhecendo-se por exemplo na cerâmica de cozedura oxidante da fase B de Cancho Roano, atribuída ao século V a.C. (Celestino ed. 1996: 252 e 272, n.º 12). É também o caso de dois fragmentos de vasos torneados (fig. 7, n.º 11), igualmente provenientes do depósito [358], presentes em contextos do século V a.C. da margem esquerda do Guadiana, do Alentejo Central e da Estremadura espanhola, para citar alguns exemplos (Antunes *et al. no prelo*).

Uma nova fase construtiva, à qual se associa cerâmica campaniense e que se en-



Figura 8. Estruturas [367] (em baixo) e [371] (no perfil oeste) e barbacã [208] (em cima).



Figura 9. Estrutura [721], barbacã [208] (à direita) e barbacã [15] (em cima).

contra exiguamente conservada, sendo testemunhada apenas pelo alicerce de um muro (U.E. [371]), destruído pela construção da muralha [208], registado no perfil este da Sondagem I (figs. 8 e 12), denuncia a época romana-republicana (Antunes *et al.* 2012: 447), que já tinha sido documentada em Serpa na Rua das Varandas, através de cerâmica campaniense de tipo A, enquadrada no século II a.C. (Braga e Soares 1981: 120).

Tem sido invocada pela investigação a maior importância de Serpa em época republicana do que imperial pelo facto de, hipoteticamente, ter cunhado moeda (Lopes e Carvalho in Lopes, Carvalho e Gomes 1997: 137), com base num numisma de bronze da coleção do Museo Arqueológico Nacional de Madrid, na qual se tem lido *Sirpens* (Vasconcellos 1898: 65; 1901: 88-89; Gil 1966: 285, 294, 333 e 373), forma adjetival (*SIRPENS[E]* ou *SIRPENS[I]*) a que deveria corresponder o topónimo *Sirpa* (Faria 1995: 151). No entanto, existem argumentos que sugerem cautela na leitura do numisma, em virtude do desgaste que apresenta e da semelhança do reverso com as cunhagens de *Ilipa*, sem olvidar a dissonância relativamente a outra grafia do topónimo, patente na inscrição de uma lápide (Sillières 1990: 443-446) e no Itinerário de Antonino (via XXI), onde se lê *Serpa* (Faria 1995: 151), cuja correspondência à atual Serpa é controversa (Carneiro 2008: 103-104). De qualquer modo, a escavação arqueológica realizada no imóvel n.os 29-33 da Rua da Barbacã não revelou quaisquer testemunhos de uma possível ceca pré-romana ou republicana (Antunes *et al.* 2012: 447).

A implantação da capital do conventus em *Pax Iulia* (Beja) numa data que os investigadores situam entre os anos 31 e 27 a.C. (Faria 1989: 103-109) foi determinante na reorganização de todo o território que lhe competia administrar, no qual se inclui Serpa, que assumiu então um papel como aglomerado secundário, não sendo, no entanto, de menosprezar, a sua localização na importante via de comunicação que ligava Beja (*Pax Iulia*) a Huelva (*Onuba*). Embora sejam escassos os dados para compreender o papel desempenhado por Serpa na época romana é evidente a ausência dos elementos arquitetónicos de cariz monumental que denunciam arqueologicamente as cidades romanas.

Alguns investigadores avançam a hipótese de Serpa ter constituído uma mansio, estabelecimento de grande dimensão, localizado junto à via, onde pernoita-

vam os grandes funcionários estatais e que incluía diversos edifícios de apoio para aposentos, termas, cavaliariças, oficinas e armazéns, devido ao facto de se localizar precisamente sobre o trajeto da via Pax Iulia-Onuba e por conhecer uma distância aproximada de XX milhas (um dia de viagem) até Vila Verde de Ficalho (eventualmente a Fines do Itinerário de Antonino), que desempenharia o mesmo papel (Lopes e Carvalho in Lopes, Carvalho e Gomes 1998: 142).

Próximo da área intervencionada na Rua da Barbacã, nas sondagens realizadas na década de 80 do século XX no Castelo, junto à Torre da Horta, foram identificados dois níveis de entulho para regularização do terreno que, embora contivessem sobretudo materiais de construção, foram integrados numa data centrada no século I d.C. (Monge e Braga 1986: 183; Soares 1986: 19).

Dos testemunhos de época imperial registados no imóvel n.os 29-33 da Rua da Barbacã destaca-se, na Sondagem III, um conjunto que poderá corresponder a um torcularium, em virtude da presença de um elemento da prensa (torculum), tombado no interior de uma estrutura negativa (U.E. [721]) com uma profundidade média (conservada) de 60 cm, de planta aparentemente circular, com um diâmetro de 1,75 m, que se preservou parcialmente, tendo estes contextos sido afetados pela construção, em época medieval, da muralha [208] e da barbacã [15] (fig. 9). Este possível lagar encontra enquadramento na vocação agrícola do território em época romana, denunciada pela multiplicidade de estruturas fundiárias identificadas, com destaque para as villae e, sobretudo, pelo elevado número de pesos de lagar romanos conhecidos (Antunes *et al.* 2012: 449).

Na área intervencionada, não dispomos de dados, do ponto de vista construtivo, sobre a Antiguidade Tardia e o sobre período Alto-Medieval, embora surjam cerâmicas dessas épocas em contextos secundários. Numa intervenção arqueológica realizada no antigo Restaurante Zens, localizado no Largo Condes de Ficalho, registou-se também a presença de materiais dos séculos VI-VII nas U.E.'s [43] e [44] (Santos 2001; Macias 2005, I: 154).

A partir da Idade Média, Serpa irá adquirir paulatina e definitivamente um cariz urbano. No período árabe constrói-se a muralha de taipa, que se pode observar ao longo da Rua da Barbacã, na direção da Igreja de Santa Maria, assinalando-se entre esta e a Torre da Horta um torreão de taipa, de planta circular. Na escavação

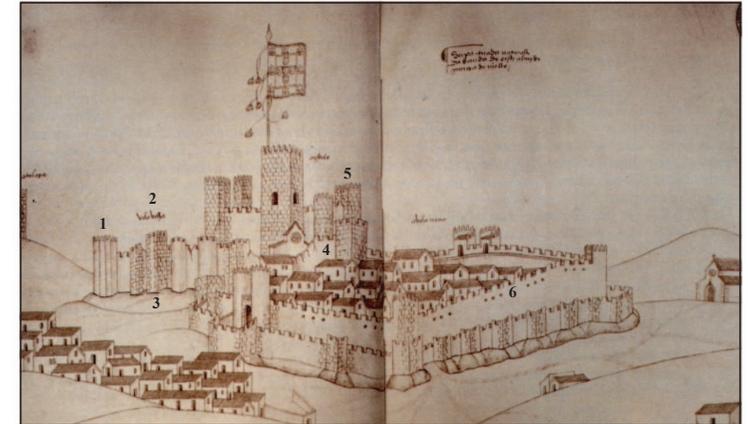


Figura 10. Representação de Serpa por Duarte de Armas (1509-1510). 1 – Torre poligonal. 2 – Vila Velha. 3 – Talude sob o pano oeste da cerca urbana (atual Rua das Varandas / Rua dos Fari- zes). 4 – Cerca urbana com evidências de ruína. 5 – Torre da Horta. 6 – Troneiras.



Figura 11. Muralha de taipa (Área I).

arqueológica efetuada no logradouro do imóvel da Rua da Barbacã n.os 29-33, junto à Torre da Horta (Área I), surgiu um segmento da muralha de taipa com 1,50 m de largura (que se liga à restante muralha de taipa da Rua da Barbacã), mas conservada apenas pela base (fig. 11), uma vez que foi derrubada neste local em época moderna (Antunes *et al.* 2012: 449).

No período islâmico, Serpa continuou sob o domínio administrativo de Beja, agora transformada em kura (Catarino in Lopes, Carvalho e Gomes 1997: 153). Relativamente à configuração do aglomerado, de acordo com Santiago Macias, as evidências apontam para a presença de formas de organização comunitária, sendo a área habitada rodeada por uma única muralha, à semelhança do que acontece por exemplo em Moura, em Salir ou no Castro da Cola (Macias 2005, I: 152).

Do ponto de vista cronológico, Helena Catarino considera que o hisn de Serpa poderá recuar à segunda metade do século IX, uma vez que foi uma época de construção de castelos na região devido ao período de guerra civil desencadeada por Ibn Marwan, com o apoio dos chefes locais, contra os Omíadas. Ibn Malik instalou-se em Beja e fortificou-se em Mértola, sendo expectável que o mesmo tenha acontecido em Serpa (Catarino in Lopes, Carvalho e Gomes, 1998: 153-154). Não foi possível aprofundar a escavação até alcançar a fundação da muralha de taipa, o que não nos permitiu documentar arqueologicamente a cronologia da sua construção original.

Note-se, no entanto, que foram recolhidas cerâmicas islâmicas em contextos secundários na área intervencionada no imóvel da Rua da Barbacã n.os 29-33 (situada no exterior imediato da fortificação), que comprovam a ocupação de Serpa nessa época. Também nas escavações arqueológicas realizadas na década de 80 do século passado junto à Torre da Horta tinham já sido identificados estratos islâmicos e uma calçada, enquadrados pelos responsáveis pela intervenção entre os séculos X-XI, durante um período de reinos Taifas (Monge e Braga 1986: 197), considerando Santiago Macias que a calçada se poderá situar em torno ao último quartel do século XI, uma vez que abarcou um período de grandes mudanças no Garb al-Andalus e advogando que os materiais recolhidos apontam para dois horizontes culturais, centrando-se um em torno aos séculos X-XI e o outro em torno aos séculos XII-XIII (Macias 2005, I: 153).

A presença de vestígios islâmicos ficou também documentada no Largo de São Paulo, que dista aproximadamente 100 m do perímetro amuralhado, através de um conjunto de cerâmicas enquadradas na segunda metade do século XI (Caeiro 1992), que poderá denunciar a presença de uma pequena exploração agrícola nas imediações da fortificação (Macias 2005, I: 154). Abel Viana refere também uma lápide islâmica de mármore, reaproveitada no pano de muralha próximo da Porta Nova (Viana 1950: 14, fig. 13 e 24-25), a qual apresenta uma inscrição de 5 linhas em cúfico (Barroca 2000, III: 76-77) e que teria um cariz comemorativo (Macias 2005, I: 153).

Segundo Helena Catarino, nos séculos X-XI Serpa constituiria uma pequena urbe amuralhada, com alcáçova para o governador local. Após a queda dos Reinos de Taifas e do Califado, Serpa foi integrada na Taifa de Sevilha, dominada pelos Abádidas. Mas, entre 1088 e 1090, os Almorávidas, com sede em Marraquexe, reunificaram o al-Andalus, terminando com o primeiro período de vigência dos Reinos de Taifas. No entanto, a partir de 1120 começou uma luta interna entre Almorávidas e Almóadas, que organizaram o seu próprio estado, o que favoreceu os avanços dos exércitos cristãos e a emergência de novos Reinos de Taifas. O movimento dos muridines, apoiado na ideologia religiosa sufista, iniciou no Gharb, a partir de 1144, uma sublevação. Ibn Caci, almoxarife de Silves, tomou Mértola e alguns dos castelos do seu alfoz, com o apoio tácito de Beja, supondo-se que Serpa alinharia também ao seu lado (Catarino in Lopes, Carvalho e Gomes 1998: 154).

Serpa terá conhecido uma ocupação mais importante a partir do século XI, a qual terá sido ligeiramente reforçada no período almóada. Não obstante a ocupação de época califal, a fortificação terá assumido maior relevo no século XII, quando funcionou como base de resistência para os Banu Wazir, clã que liderou a revolta no Garb contra os Almorávidas e estabeleceu paz com D. Afonso Henriques (Macias 2005, I: 151 e 154). Todavia, muito trabalho está ainda por fazer no que respeita à compreensão do aglomerado e da ocupação árabe em Serpa, esperando-se que o estudo sistemático dos materiais arqueológicos recolhidos nesta intervenção permitam acrescentar mais dados.

Após uma episódica conquista por Geraldo, o Sem Pavor, em 1166, no reinado de D. Afonso Henriques, em 1232, no reinado de D. Sancho II, as tropas de D. Afonso

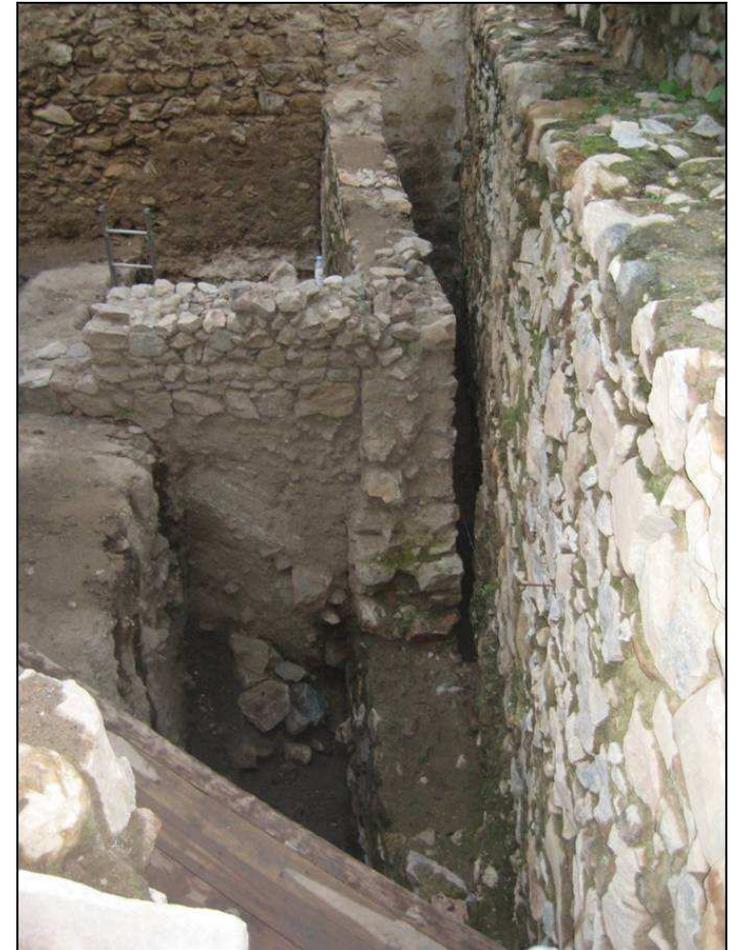


Figura 12. Barbacã [15] (face externa, este) - ao fundo-, barbacã [208] encastrada na anterior e parcialmente desmontada (ao centro), muro [245] parcialmente desmontado (ao centro) e barbacã [187], sobreposta à barbacã [208] (à direita). Muros [367] e [371] no perfil.



Figura 13. Barbacã [15] (face interna, oeste).

Pires Farinha, Prior da Ordem do Hospital, tomam definitivamente Serpa para os cristãos (Fernandes 2012: 248; Pereira: 1998: 99; Varandas: 2003). Pouco podemos avançar sobre a fortificação deste período, sendo expectável que se tenha procedido à manutenção da antiga muralha de taipa e ao reforço do sistema defensivo, cuja cerca urbana corresponderá, grosso modo, à muralha que delimita o aglomerado que Duarte de Armas designa por Vila Velha (fig. 10, n.º 2). Assinale-se a peculiar situação de Serpa no contexto da conquista territorial cristã durante o reinado de D. Sancho II, constituindo, não um domínio hospitalário, como seria expectável, mas o único senhorio laico no sul e com direta ligação à Coroa, já que D. Sancho II o doou ao seu irmão D. Fernando. Serpa é, deste modo, um enclave no meio de territórios doados pelo rei às Ordens Militares, que os conquistaram, contrariando a infiltração dos hospitalários na margem esquerda do Guadiana e a presença hegemónica dos espatários na sua margem direita (Fernandes 2012: 248).

Em outubro de 1235 surge a mais antiga referência a D. Fernando, sendo nesta data que o infante reconhece a jurisdição da diocese de Évora sobre o «[...] castelum meum de Serpa [...]» (Pereira 1998: 101). Ainda que desconheçamos como seria esse castelo, foi nele que o Infante de Serpa recebeu o bispo de Évora, in episcopum et in patrum (como senhor), prometendo entregar-lhe a terça pontifícia das igrejas aí existentes e a construir, os restantes direitos episcopais e a dízima de todos os rendimentos (CCE. L1C, doc. 10 apud Varandas 2003: 821; Ventura 2012: 63; Fernandes 2012: 250-251).

A recente conquista de Serpa era ainda frágil, sendo a sua defesa uma preocupação patente na documentação da época. A 28 de novembro de 1239, o papa Gregório IX (numa fase em que se inclinaria a apoiar o Infante de Serpa na disputa do trono) manda absolver dos atentados perpetrados (entre outros, por D. Fernando) contra a diocese de Lisboa os nobres que fossem combater os sarracenos de Serpa e que impusessem aos seus súbditos um subsídio a aplicar na defesa da vila, como forma de remissão de pecados - BPP. ASV. Reg. Vat. 19, ep. 158, fl. 137 (131) apud Varandas 2003: 850-851. A 11 de dezembro de 1239, o sumo pontífice emite uma bula concedendo permissão a D. Fernando para comerciar com os mouros, de modo a aplicar o lucro na remissão de cativos e na defesa de Serpa -

BPP. ASV. Reg. Vat. 19, ep. 177, fl. 139 (133) apud Varandas 2003: 851; Ventura 2012: 62; Fernandes 2012: 250-252.

Após as campanhas militares de 1249 e 1250, que permitiram a D. Afonso III terminar a conquista do Algarve, iniciou-se um período de hostilidade com Castela motivado pela disputa deste território por parte de Afonso X, o qual se procurou cessar mediante o estabelecimento de um acordo, concertado antes de 20 de abril de 1253, que previa o casamento de D. Afonso III com D. Beatriz, filha de Afonso X de Castela, a delimitação da fronteira genericamente pelo Guadiana (embora o dote de D. Beatriz incluísse as terras portuguesas a leste do Guadiana), a soberania de Afonso X sobre o Algarve e a vassalagem de D. Afonso III ao sogro. No entanto, os termos do acordo deveriam ser ambíguos, uma vez que se manteve a disputa de todos estes territórios. Em dezembro de 1253, Afonso X, ao confirmar a Sevilha o respetivo foral, incluiu no seu termo Serpa, bem como outras vilas e castelos da margem esquerda do Guadiana conquistadas por Portugal e que tinham permanecido na posse dos portugueses. Por outro lado, D. Afonso III continua a considerar Aracena e Aroche como portuguesas, concedendo-lhes foral em 1255. O Tratado de Badajoz, assinado a 16 de fevereiro de 1267, delimitou a fronteira entre Portugal e Castela, passando pelo Guadiana, devolvendo D. Afonso III Aroche e Aracena e recebendo em troca Arronches e Alegrete, para além de recuperar o Algarve. No entanto, a disputa não terá terminado, uma vez que, a 4 de março de 1283, Afonso X de Castela doa Serpa, Moura, Noudar e Mourão à rainha D. Beatriz (Ventura 2012: 138-147 e 204-205).

Serpa manteve-se disputada entre Portugal e Castela e, só a partir de 1295, mediante um acordo diplomático que determinou a sua cedência por parte de Fernando IV de Castela, transitou definitivamente para a Coroa portuguesa. Não obstante, na prática irão perdurar as contendas entre as populações fronteiriças, segundo relata um documento da Ordem de Avis incluído no Livro de Reis (fl. 37 apud Macias 1986: 254). O reforço do sistema defensivo dos territórios e dos castelos recentemente (re)integrados no reino tornava-se por isso fundamental. Foi o caso dos castelos de Serpa e de Moura que, para além da importância individual que detinham na defesa dos seus territórios, encerravam conjuntamente um papel determinante na manutenção e consolidação da fronteira e no apoio logístico



Figura 14. Compartimento formado pelas barbacãs [15] e [208] e pelos muros [245] e [246].

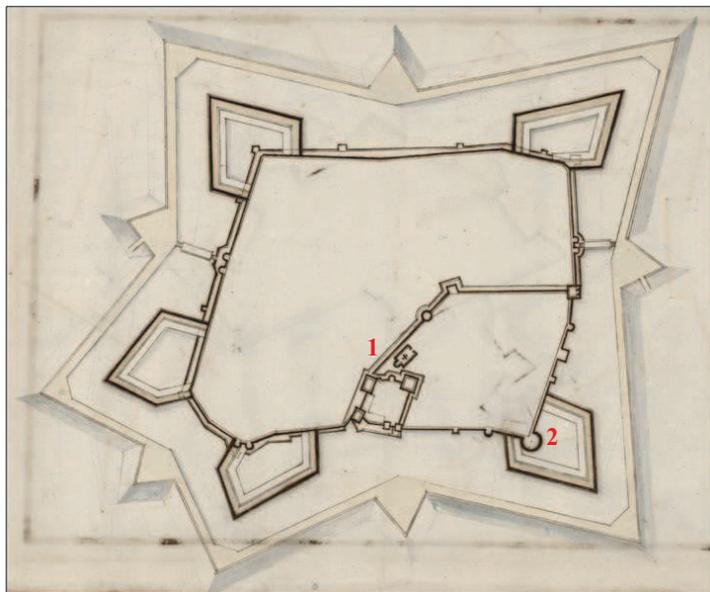


Figura 15. Planta de Serpa desenhada por Nicolau de Langres (c. 1661). 1- Barbacã [187]. 2 – Bastião ultra-semi-circular que substituiu a torre poligonal representada por Duarte de Armas.

ao Castelo de Noudar (Macias 1986: 254).

Embora sejam posteriores aos factos que narram, as fontes escritas reportam-se a obras de grande vulto no reinado de D. Dinis. A referência mais antiga, aparentemente redigida apenas cerca de duas décadas após a morte do monarca, está patente na Crónica Geral de Espanha de 1344: «[D. Dinis] [...] cercou muy bem [...] Serpa [...]» (apud Barroca 2000, I: 339; 1997: 809).

Outras crónicas mais distanciadas dos eventos reproduzem esse dado. Num dos documentos integrados na designada Crónica de Portugal de 1419 (ou Crónicas dos Sete Primeiros Reis de Portugal), pode ler-se: «[...] e este muj noble Rey acresemtou e fes de novo as villas e lugares e castelos de Riba dodiana [...] serpa [...]» (Évora CIII 2/12, fl. 2r-3r apud Moreira 2010: 438). Também Ruy de Pina (1490-1522), na Crónica de D. Dinis, assinala Serpa entre as vilas cujas alcáçovas e castelos D. Dinis construiu de raiz: «Este Rey em seu tempo fez quasi de novo todalas Villas, e Castellos de riba Dodiana, ha saber: Serpa, Moura, Olivença, Campo mayor, Ouguella, cujos alcaceres, y Castellos fez de fundamento com muitas despesas [...]» (Pina 1729, Cap. XXXII). Documentação coeva, nomeadamente a epigrafia e a heráldica, também atribuem a D. Dinis a intervenção no Castelo e nas Muralhas de Serpa (Barroca 2000, I: 334, inscrições n.º 435-437).

Mário Barroca considera que a intervenção régia no Castelo de Serpa poderá hipoteticamente ser anterior à assinatura do Tratado de Alcanices, em 1297, o qual estabeleceu definitivamente a fronteira entre Portugal e Castela, o que seria uma forma de a Coroa portuguesa enfatizar a posse deste Castelo e do seu território imediatamente após o acordo estabelecido com Fernando IV de Castela em 1295. Esta mensagem seria simbolicamente marcada pela colocação do brasão real português em lugares de destaque, encontrando-se em Serpa três lápides com o brasão de D. Dinis e inscrição (Barroca 1997: 811). Complementarmente, como forma de cimentar a sua integração no domínio português, logo em 1295 D. Dinis outorgou carta de foral a Serpa, procurando também promover o povoamento desta região fronteiriça.

Por outro lado, segundo documentação constante do Livro de Reis, D. Dinis obteve a doação por parte da Ordem de Avis de um terço das rendas das igrejas de Serpa e de Moura para «[...] refazimento e mantimento dos alcáçeres dos ditos

castellos» em 1320 (fl. 37v apud Macias 1986: 254), o que poderá não contrariar totalmente a hipótese de uma intervenção régia mais antiga avançada por Mário Barroca, uma vez que a doação, para além de se destinar à manutenção, poderia corresponder a um reforço do financiamento necessário para obras que terão sido de grande vulto.

Atendendo à epigrafia e à heráldica e a fazer fé nas crónicas medievais, a Alcáçova do Castelo teria sido construída (ou reformulada) no reinado de D. Dinis, tal como parte das muralhas. É possível, todavia, atendendo ao curto espaço de tempo de apenas 5 anos que decorreu entre a doação referida e a morte do rei em 1325, que a conclusão destas obras de grande vulto tenha ocorrido já durante o reinado do seu filho, D. Afonso IV. O reinado de D. Dinis, devido ao extenso reforço do sistema defensivo, foi um momento marcante na evolução urbanística da vila. Para além da intervenção no Castelo, foi construída uma nova cerca urbana, com cerca de 65.000 m², de modo a albergar o burgo que entretanto tinha crescido para fora do perímetro amuralhado do século XIII (fig. 10).

Na escavação arqueológica realizada no imóvel n.º 29-33 da Rua da Barbacã constatou-se que se mantém a muralha de taipa anterior, mas alarga-se ligeiramente o perímetro fortificado com a construção, a 12,80 m para sul, de uma nova muralha (U.E. [208] – Área III-B), que mantém o eixo da muralha de taipa, é feita de pedra e tem 4,50 m de altura total (alcançando uma cota no topo de 214,20 m) e uma espessura que varia entre os 70 cm no topo e os 94 cm na base (figs. 2, 9 e 12). Considerando a sua espessura e a sua localização, interpreta-se esta muralha como uma barbacã, protegendo a Torre da Horta, o pano sul da muralha do castelo e a cerca urbana de taipa da Vila Velha, a qual se manteve em funcionamento.

As barbacãs são um dos elementos característicos do castelo gótico tardo-medieval, permitindo criar uma maior distância dos atacantes e constituindo um primeiro obstáculo a ultrapassar. No entanto, contrariamente a muitos dos elementos da arquitetura militar gótica representativos da implementação de um sistema de defesa ativa, as barbacãs não foram introduzidas na época de D. Dinis, constituindo uma inovação que, em Portugal, começa a ser implementada a partir do início da segunda metade do século XIV, de acordo com as referências patentes nas crónicas de Fernão Lopes e com variada documentação medieval, perdurando até ao

início do século XVI (Barroca 1997; Monteiro 1999: 86-92).

A barbacã [208] foi mais tarde desmontada parcialmente na área junto à Torre da Horta (a sul) e encastrada no canto de uma outra barbacã (U.E. [15] – Áreas I / II/ III), mais robusta, que foi construída de modo a contornar a Torre da Horta e os lados sul e oeste da muralha da Alcáçova do Castelo, isolando-a e constituindo assim um reforço da proteção da porta de acesso à Praça de Armas e à Torre de Menagem (figs. 9, 12 e 13).

A partir desta altura, o espaço existente entre a muralha de taipa e a barbacã [208], que até então configurava uma liça e constituiria essencialmente um espaço de circulação, de acesso à Alcáçova, passou a ser edificado. À face exterior oeste da barbacã [15] que contornava a Alcáçova foram adossadas algumas construções, correspondentes a pelo menos um edifício, que aproveitaram ainda a barbacã [208] da cerca velha como fachada frontal. Registaram-se dois compartimentos interiores deste edifício, que se prolonga para norte e para oeste (área que não foi escavada), tendo um deles sido definido totalmente, acusando uma dimensão interna de 4,50 x 4,00 m e a entrada marcada no muro oeste. Os muros divisórios (U.E. [245] e U.E. [246]) têm uma espessura de 60 cm e foram construídos com pedra seca (fig.14).

Em contextos arqueológicos associados a estas construções, entre outros materiais, foram recolhidas moedas (reais de 3 ½ libras) cunhadas no reinado de D. João I (1385-1433), o que permite enquadrar cronologicamente este edifício e nos indica que a barbacã [15] que contorna a Alcáçova terá sido possivelmente edificada nos reinados de D. Fernando (1367-1383), como a barbacã de Beja, ou de D. João I, sem que possamos ainda pôr de lado a possibilidade de ter sido erigida durante a Crise de 1383-85, até por se destinar a proteger o Castelo, onde se centrava o poder. Portanto, tanto a barbacã que protege a muralha de taipa (U.E. [208]), como a que contorna a Alcáçova (U.E. [15]), terão sido edificadas em dois momentos da segunda metade do século XIV.

Este espaço sofrerá mais uma grande transformação no início da época moderna, altura em que, quer a barbacã [208], quer o edifício agora descrito, foram parcialmente desmontados para dar lugar a uma nova barbacã (U.E. [187]), de menor altura (cota do topo: 213,50 m), mas mais robusta, com 1,20 m de espessura (figs.

2 e 12). Esta muralha baixa foi adossada ao limite do canto da barbacã [15] da Alcáçova e mantém genericamente o eixo da barbacã mais antiga (U.E. [208]), à qual se sobrepõe. Tanto os materiais arqueológicos associados aos contextos de fundação desta nova barbacã, como o tipo de aparelho que a construção reflete, apontam para um momento enquadrado entre o final da Idade Média e o início da Época Moderna. Atendendo a que não se encontra representada por Duarte de Armas na planta do Castelo, esta construção terá assim ocorrido no reinado de D. Manuel I, depois de 1509-1510, data do levantamento gráfico.

Após o registo de Duarte de Armas, D. Manuel I revelou um particular interesse pelas defesas alentejanas, promovendo obras em diversos locais e criando, em 1521, o cargo de “Mestre das Obras da Comarca de Entre Tejo e Odiana”, com o qual agraciou Diogo de Arruda (Barroca 2003: 99).

As fontes escritas coevas confirmam a existência de obras no sistema defensivo de Serpa nesta data. Em 25 de fevereiro de 1510, Nuno Velho, funcionário régio encarregue de fiscalizar as obras da comarca do Alentejo, escreve a D. Manuel I, referindo as obras em curso, embora não as especifique: «Sñor. Depois que vossa alteza me mādou que teuesse carrego das obras desta comarca [...] sempre me ocupei de as ver e prouer. Senhor, das da vila de Serpa já a vossa alteza tenho dado conta e tenho reposta do que nisso se ha de fazer» (Velho 1510a apud Viterbo 1988: 55).

Em 1510, D. Manuel I solicitou informações sobre o valor da terça das rendas do Concelho de Serpa que estava destinada às obras das muralhas: «[...] vosa alteza me espreveo que queria saber o que valia a terça das remdas do Concelho de sserpa o anno presemte de bc x que estaua propriada per as obras dos muros» (Velho 1510b). Nuno Velho responde ao rei em 3 de Abril, informando-o ainda do mau estado de conservação em que se encontravam dois troços da muralha de taipa e propondo que se fforassem em ambas as faces: «E quamto Senhor has obras da dita villa eu segundo traguo per rregimemto vy o deneficamemto que hi avia e achey estar dous lamços do muro de taipa deneficados parece me bem forrar se de huma parte e doutra pera ficar seguro» (Velho 1510b). Nuno Velho referia-se portanto à muralha mais antiga, que circunda a Vila Velha, cujo topo se encontrava em ruína, conforme se observa nos desenhos de Duarte de Armas (fig. 10, n.º 4).

De facto, na escavação arqueológica realizada no logradouro do imóvel n.os 29-



Figura 16. Derrube da muralha de taipa (Área I).

33 da Rua da Barbacã (Área I), encontramos a muralha de taipa forrada, ou seja, coberta de pedra em ambas as faces, o que poderá ou não ter ocorrido, neste troço, no reinado de D. Manuel I, já que a estratégia de revestir de pedra as antigas muralhas de taipa foi utilizada em diversas épocas, constituindo uma forma de economizar matéria-prima, nomeadamente pedra de qualidade, que escasseia no território envolvente da atual cidade de Serpa, onde predominam as rochas brandas.

Na carta enviada a D. Manuel I em 3 de Abril de 1510, Nuno Velho refere que o canto de uma das torres se apresentava danificado por ter sido atingido há largos anos por um raio, tendo o rei ordenado que se procedesse à sua reparação (optando por suspender as obras nos edifícios do interior da Alcáçova): «E asy esta huma esquina de huma torre que deRibou huum corisco ha mujtos annos das quaaes obras mamdey fazer auto e o enuiey a vosa alteza a qual me espreueo que loguo sse coregesem estas obras, e das casas d castelo çesassem, E em comprimento do mamdado de vosa alteza pedi aos ofiçiaaes que me desem a seruentia pera se fazer neste verão porque estamdo mais tempo mais deneficamemto recebem [...]» (Velho 1510b). Num dos seus desenhos, Duarte de Armas identifica a torre danificada, por um corisco, como assinala. Trata-se da torre do canto norte da Alcáçova, que protegia a porta falsa em conjunto com outro torreão quadrangular, que terá então tido obras de reparação no verão de 1510, mas que foi derrubada pelas tropas do Duque de Osuna em 1708.

É possível que a construção da nova barbacã se relacione também com a necessidade de consolidar a defesa do Castelo e da Vila Velha e constitua uma resposta ao desenvolvimento da pirobalística, nomeadamente à progressiva evolução dos engenhos ao longo da segunda metade do século XV, caso das bombardas grossas, que podiam causar a derrocada parcial de uma muralha, ao que acresce a divulgação da noção de calibre, a generalização dos projeteis em metal fundido (que substituíram os pelouros de pedra) e a descoberta da granulagem da pólvora, o que aumentava o poder de impacto das novas armas (Barroca 2003: 97).

Mário Barroca identifica dois momentos na adaptação das fortificações tardo-medievais à pirobalística, consistindo o primeiro na concretização de obras simples, esporádicas e menos onerosas, que implicavam apenas adequações das es-

truturas pré-existentes e se traduziam maioritariamente na abertura de troneiras, mantendo-se a arquitetura do castelo medieval, coincidindo com uma época em que as bocas-de-fogo eram ainda incipientes e pouco eficazes. Não é possível determinar um momento exato para o início da implementação das troneiras, embora a sua generalização tenha ocorrido ao longo da segunda metade do século XV, abrangendo o final do reinado de D. Afonso V, o reinado de D. João II e o início do reinado de D. Manuel I. O exemplo datado mais antigo conhecido é o do Castelo de Porto de Mós, no âmbito da reforma empreendida em 1449-1450, durante o reinado de D. Afonso V, traduzindo-se em simples aberturas cónicas, abocinadas, sem qualquer ponto de mira (Barroca 2003: 97). Importa referi-las porque são idênticas às de Serpa, que Duarte de Armas representa no topo da cerca urbana exterior (fig. 10, n.º 6) e que atualmente já não são visíveis devido às obras posteriormente executadas.

É assim possível que as origens da adaptação defensiva da arquitetura militar de Serpa ao armamento pirobalístico se situem na segunda metade do século XV, sendo plausível colocar a hipótese de as troneiras da cerca urbana conhecerem uma cronologia antiga, recuando ao final do reinado de D. Afonso V (1438-1481) ou ao reinado de D. João II (1481-1495), atendendo à simplicidade da sua tipologia, mantendo-se no entanto inalteradas, sem manifestarem a melhoria da observação em alcance que representam as troneiras cruzetadas ou recruzetadas, pelo menos durante o início reinado de D. Manuel I, até à primeira década de Quinhentos, altura em que são registadas por Duarte de Armas.

Neste âmbito é relevante recordar que no reinado D. Afonso V se geria o armamento, tendo o rei instituído o cargo de Vedor-Mor da Artilharia em 1446 e promulgado o “Regimento do Vedor-Mor de Artilharia” em 1449 (Barroca 2003: 97) e evocar um documento da Chancelaria de D. Afonso V datado de 29 de março de 1443, que dá conta da outorga do cargo de Vedor das Obras dos muros da vila e do castelo de Serpa a João de Melo, copeiro-mor do rei e alcaide-mor e fronteiro de Serpa e do Redondo (ANTT, Livro 25, fl. 82 apud Monteiro 1999: 145). Embora esta menção não signifique que existisse efetivamente uma obra em curso, não deixa de ser um argumento sugestivo quando combinado com a antiguidade da tipologia das troneiras de Serpa para que se pondere a sua implementação ainda durante o rei-

nado de D. Afonso V, eventualmente no terceiro quartel do século XV.

Por outro lado, D. João II lançou em 1488 um amplo programa de reforma das estruturas militares e teve também particular atenção ao novo armamento. Segundo redige Garcia de Resende, na Crónica de D. João II, «[...] mandou prover, fortalecer e repartir todas as cidades, villas e castelos dos extremos de seus reynos, assim no reparo e defensam dos baluartes, cavas muros e torres, como em artilharias, polvora, salitre, armas, almazens, e todas as outras cousas necessarias» (Barroca 2003: 96), o que permite considerar hipoteticamente, tanto a introdução das troneiras em Serpa neste reinado, como no anterior, efetuando D. João II um reforço ao nível do armamento.

Por vezes a presença de troneiras atuava de uma forma meramente simbólica perante o inimigo, levando-o a acreditar na presença de um arsenal bélico que poderia nem existir. Todavia, é importante sublinhar que, em 1509-1510, dos 22 sistemas defensivos que Duarte de Armas representa a sul do Tejo, apenas 6 estavam adaptados para o uso de armas de fogo (Monteiro 1999), sendo um deles o de Serpa, o que relacionará com a sua importante posição estratégica fronteiriça. O desenvolvimento da capacidade destrutiva das bocas-de-fogo ao longo da segunda metade do século XV, já mencionada supra, determinou o desenvolvimento de uma segunda fase de adaptação das fortificações aos meios pirobalísticos e implicou uma alteração da lógica da arquitetura militar gótica, e medieval em geral, que confiava na altura, na verticalidade e na espessura dos muros. A mera introdução de troneiras deixou de garantir a defesa, impondo-se a necessidade de reformulações mais profundas, sendo a mera adaptação pontual da estrutura do castelo quatrocentista substituída pela edificação de obras de raiz a partir de 1509-1510 (Barroca 2003: 97-98). Será precisamente nesta segunda fase que se integrará a edificação da barbacã [187], denotando, sintomaticamente, o privilégio da espessura em detrimento da altura. Esta barbacã manuelina prolonga-se ainda hoje ao longo do arruamento que lhe herdou a designação, constituindo a parede posterior dos edifícios que aí foram mais tarde construídos (como o imóvel n.os 29-33) e surge representada por volta de 1661 numa planta de Serpa, na qual Nicolau de Langres, engenheiro das fortificações da fronteira do Alentejo, idealiza o projeto de uma fortificação abaluartada (Langres c. 1661 - fig. 15, n.º 1), que foi

concretizada apenas parcialmente.

Para além desta barbacã extensa e das barbacãs de porta, que protegem as Portas de Beja, de Moura e de Sevilha, um outro elemento defensivo que poderá ter sido introduzido em Serpa no reinado de D. Manuel I é o bastião (ou bastilha) de planta ultra-semi-circular, atualmente desaparecido, que Nicolau de Langres regista no canto norte da cerca dionisina da vila (fig. 15, n.º 2) no lugar da torre poligonal que Duarte de Armas tinha representado em 1509-1510 (fig. 10, n.º 1), a qual foi portanto substituída. Processo idêntico verificou-se em Elvas, onde uma torre poligonal foi substituída por um bastião. Estes bastiões foram elementos particularmente inovadores para a época, balizando-se a sua construção entre 1510 (em Portel) e 1525 (em Évoramonte). Com eles abandona-se a abertura de troneiras, que são substituídas por canhoes, o que revela também a evolução das armas de fogo. Possibilitavam o tiro flanqueado, que corria paralelo ao pano da muralha (Barroca 2003: 103), defendendo, no caso de Serpa, os panos norte e oeste da cerca da vila, controlando os acessos das Portas de Beja e de Moura.

Ao longo da Época Moderna continuaram a realizar-se reformulações nas muralhas de Serpa, referindo-se as atas da Câmara Municipal a obras efetuadas no contexto das Guerras da Restauração da Independência, a partir de 1640 (Soares e Braga 1986). É possivelmente nesta conjuntura que se deverão enquadrar as alterações realizadas na barbacã [15] da Alcáçova (Área I), que foi desbastada a intervalos regulares que oscilam entre 1,50 m e 2,00 m, os quais criaram um escalonamento no Caminho de Ronda que dá acesso a uma plataforma diretamente relacionada com um conjunto de ameias e de seteiras - fig. 13 (Antunes *et al.* 2012: 452).

As sequelas da Guerra da Sucessão Espanhola deixaram cicatrizes ainda visíveis no Castelo e nas muralhas. Em 1708, depois de sitiarem Serpa durante um ano, as tropas do Duque de Osuna fizeram explodir o paiol da pólvora quando da retirada, destruindo as Portas de Sevilha, os torreões do pano nordeste da muralha da alcáçova e a Torre de Menagem. Terão também tentado, sem sucesso, derrubar a Torre da Horta, o que provocou a derrocada de parte da muralha de taipa, testemunhada na Área I da escavação arqueológica por um extenso depósito de grandes blocos amorfos de taipa (fig. 16), o qual acabou por cobrir o perímetro defensivo definido pela barbacã [15] da Alcáçova, que deixou desde então de estar visível, fi-

cando a funcionalidade militar deste espaço definitivamente comprometida (Antunes et al. 2012: 452).

Apesar de existir ainda um vasto trabalho a desenvolver relativo ao estudo sistemático dos dados recolhidos na escavação arqueológica realizada no imóvel n.os 29-33 da Rua da Barbacã e ao seu enquadramento com a História de Serpa nas diversas épocas da sua longa diacronia de ocupação, procurou-se verter aqui mais um contributo para a compreensão da evolução do aglomerado, ficando comprovada a importância da área intervencionada no plano patrimonial e o seu potencial do ponto de vista da obtenção de informação sobre as antigas ocupações da atual cidade de Serpa.

ABREVIATURAS

BPP. ASV: Biblioteca Pública do Porto. Archivio Secreto Vaticano.

CCE. L1C: Cartulário da Catedral Eborense. Livro I das Composições.

FONTES MANUSCRITAS E ICONOGRÁFICAS

- (?): *Crónica de Portugal de 1419. Sumario de Crónicas do Códice CIII 2/12.* Biblioteca Pública de Évora.

- [15--]: *Livro de Reis. Leitura Nova (PT/TT/LN/0038).* Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

- (1625): *Tombo do Concelho.* Arquivo Histórico de Serpa.

Armas, D. de [1509-10] (1997): *Livro das Fortalezas.* ANTT. INAPA. Lisboa.

- (1443, 29 de março): *Chancelaria de D. Afonso V.* Livro 25, fl. 82. Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Langres, N. de (c. 1661): *Desenhos e plantas de todas as praças do reino de Portugal.* Biblioteca Nacional em linha: <http://purl.pt/15387>.

Velho, N. (1510 a): Carta de Nuno Velho para D. Manuel I referindo obras em Serpa (25-02-1510). *Corpo Cronológico.* Gaveta 20. Maço 4. N.º 14. Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Velho, N. (1510 b): Carta de Nuno Velho informando D. Manuel I sobre render a

terça de Serpa a 47 alqueires de trigo e ser muito precisa a obra dos muros (03-04-1510). *Corpo Cronológico*. Parte I. Maço 8. N.º 105 (PT/TT/CC/1/8/105). Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

FONTES IMPRESSAS

Góis, D. de (1566-1567): *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*.

Pina, R. de [1440?-1522?] (1729): *Crónica do Muito Alto e Esclarecido Príncipe D. Dinis*.

BIBLIOGRAFIA

Affreixo, J. M. G. [1884] (1984): *Memória Histórico-Económica do Concelho de Serpa*. Coimbra.

Almagro-Gorbea, M., Mederos, A. e Torres, M. (2008): "Cerámica de barniz rojo". In M. Almagro-Gorbea (ed.): *La necrópolis de Medellín. II. Estudio de los hallazgos*. Madrid: 593-622.

Antunes, A. (2005): *Requalificação Urbana e Funcional do Centro Histórico de Serpa. Acompanhamento arqueológico. Relatório Preliminar 2004-2005*. Serpa. Inédito.

Antunes, A. S., Guerreiro, A., Castro, A. N., Fialho, L., Manteiga, M., Viegas, V. e Braga, J. (2012): "Serpa entre a Idade do Ferro e a Época Moderna. Breve leitura dos resultados das escavações arqueológicas realizadas no Castelo". *Actas do V Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular. Almodôvar. 18, 19 e 20 de Novembro de 2010*. Almodôvar: 441-464.

Antunes, A. S., Soares, A. M. M., Deus, M. e Soares, R. M. (no prelo): "Povoamento 'orientalizante' na margem esquerda do Guadiana. Uma leitura a partir do Passo Alto e do Castelo de Serpa". *Sidereum Ana III. EL Río Guadiana y Tartessos. Mérida. 19 a 21 de Setembro de 2012*. Mérida.

Barroca, M. (1997): "D. Dinis e a arquitectura militar portuguesa". *Actas das IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*. Porto.

Barroca, M. (2000): *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*. Porto.

Barroca, M. (2003): "Tempos de resistência e de inovação: a arquitectura militar portuguesa no reinado de D. Manuel I (1495-1521)". *Portugália N.S. XXIV*. Porto: 95-112.

- Braga, J. M. R. e Soares, A. M. M. (1981): "Indícios de uma ocupação da Segunda Idade do Ferro no Castelo de Serpa". *Arqueologia* 4. Porto: 116-123.
- Berrocal-Rangel, L. e Silva, A. C. (2010): *O Castro dos Ratinhos (Barragem do Alqueva, Moura). Escavações num povoado proto-histórico do Guadiana, 2004-2007. Suplemento de O Arqueólogo Português* 6. Lisboa.
- Berrocal-Rangel, L., Silva, A. C. S e Prados Martínez, F. (2012): "El Castro dos Ratinhos, un ejemplo de orientalización entre las jefaturas del Bronce Final del Suroeste". In J. J. Ávila (ed.): *Sidereum Ana II. El Rio Guadiana en el Bronce Final. Mérida-Badajoz. 28-30 de Maio de 2008. Anejos de Archivo Español de Arqueología LXII*. Mérida: 167-184.
- Caeiro, J. O. (1992): *Cerâmica islâmica do Hospital de Serpa*. Serpa. Inédito.
- Faria, A. M. (1995): "Moedas de época romana cunhadas em território actualmente português". *Actas del I Encuentro Peninsular de Numismática Antigua. Madrid. noviembre 1994. La moneda hispánica. Ciudad y territorio. Anejos de Archivo Español de Arqueología XIV*. Madrid: 143-153.
- Gil Farrés, A. (1966): *La moneda hispánica en la Edad Antigua*. Madrid.
- Fernandes, H. (2012): *D. Sancho II*. Maia.
- Lopes, M. C., Carvalho, P. e Gomes, S. M. (1997): *Arqueologia do Concelho de Serpa*. Serpa.
- Macias, S. (1986): "As muralhas medievais de Moura". *Actas do 1.º Encontro de Arqueologia da Região de Beja. 17-19 de Janeiro de 1986. Arquivo de Beja II S. 3*. Beja: 253-268.
- Macias, S. (2005): *Mértola. O último porto do Mediterrâneo*. Mértola.
- Mancebo Dávalos, J. (1996): "La cerámica de barniz o engobe rojo de la cuenca baja del Guadalquivir". *Tabona IX*. La Laguna: 353-378.
- Monge, A. M. e Braga, J. R. (1986): "Balanço provisório da intervenção arqueológica já realizada no Castelo de Serpa". *Actas do 1º Encontro de Arqueologia da Região de Beja. 17-19 de Janeiro de 1986. Arquivo de Beja II S. 3*. Beja: 167-198.
- Monteiro, J. G. (1999): *Os castelos portugueses dos finais da Idade Média. Presença, perfil, conservação, vigilância e comando*. Coimbra.

Moreira, F. A. (2010): *A Crónica de Portugal de 1419: Fontes, Estratégias e Posteridade. Dissertação de Doutoramento em Literaturas e Culturas Românicas apresentada a Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. Inédito.

Pereira, A. (1998): "O Infante D. Fernando de Portugal, Senhor de Serpa (1218-1246): História da vida e da morte de um cavaleiro andante". *Lusitania Sacra* 10. II S.: 95-121.

Pizarro, J. (2011): *D. Dinis*. Maia.

Ramón Torres, J. (1995): *Las ánforas fenicio-púnicas del Mediterráneo Central y Occidental*. Barcelona.

Rufete Tomico, P. (1987): "Las cerámicas con engobe rojo de Tejada". In J. F. Jurado (coord.): *Tejada la Vieja: una ciudad protohistorica. Huelva Arqueológica IX*. Huelva: 141-150.

Rufete Tomico, P. (1988-1989): "Las ceramicas com engobe rojo de Huelva". *Tartessos y Huelva. Huelva Arqueológica X-XI*. Huelva: 11-40.

Saa, M. (1963): *As grandes vias da Lusitânia IV*. Lisboa.

Santos, H.V. (2001): *Relatório preliminar da sondagem arqueológica no Largo Condes de Ficalho, s/n – Serpa*. Inédito.

Sillières, P. (1990): *Les voies de communication de l'Hispanie Meridionale*. Paris.

Soares, A. M. M. (1986): "Castelo de Serpa". *Informação Arqueológica [1985]* 7. Lisboa: 19.

Soares, A. M. e Martins, J. M. M. (2010): "A cronologia absoluta para o Castro dos Ratinhos. Datas de Radiocarbono". In L. Berrocal-Rangel e A. C. Silva (coord): *O Castro dos Ratinhos (Barragem do Alqueva, Moura). Escavações num povoado proto-histórico do Guadiana, 2004-2007. Suplemento de O Arqueólogo Português* 6. Lisboa: 409-414.

Varandas, J. (2003): «Bonus Rex» ou «Rex Inutilis». *As Periferias e o centro. Redes de Poder no Reinado de D. Sancho II (1223-1248)*. Tese de Doutoramento. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Vasconcellos, J. L. de (1898): "Coup d'oeil sur la Numismatique en Portugal". *O Arqueólogo Português IV*. Lisboa: 65-76.

Ventura, L. (2012): *D. Afonso III. Maia*.

Viana, A. (1950): "Notas históricas, arqueológicas e etnográficas do Baixo Alentejo. Serpã". *Arquivo de Beja VII*. Beja: 3-23.

Viterbo, F. M. S. (1988) [1899-1922]: *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*. Lisboa.